

**Teresa Pinheiro**

Technische Universität Chemnitz

Juniorprofessur Kultureller und Sozialer Wandel

## **MEMÓRIA HISTÓRICA NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO**

**Resumo:** Em Portugal, apenas pontualmente, e principalmente no discurso académico, se tem acentuado a necessidade de ‘renegociação’ da memória histórica. O papel do passado histórico na construção de uma identidade colectiva assenta num contraste entre o peso das versões nacionalistas da história de Portugal, ‘inventadas’ pelo Estado Novo, e a ausência de memória histórica do mesmo enquanto regime ditatorial.

**Palavras-chave:** memória – história – Portugal – identidade.

**Title:** Historical memory in Portugal today

**Abstract:** In Portugal, the necessity of renegotiating collective identity has been pointed out only occasionally and mainly in the academic discourse. The role of the historical past in the construction of collective identity is based on the contrast between dominant nationalistic versions of Portuguese history which had been ‘invented’ during the Portuguese Estado Novo and the absence of a historical memory of the dictatorship.

**Keywords:** memory – history – Portugal – identity.

Mais de meio século depois dos acontecimentos marcantes da história europeia do século XX – a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto – assistimos nos países europeus envolvidos nestes conflitos a discussões públicas sobre a forma de perseverar a memória colectiva destes acontecimentos indissociáveis da história e, conseqüentemente, da identidade colectiva destes países. O desaparecimento paulatino da geração envolvida directamente nestes episódios leva as sociedades europeias a discutir sobre as formas possíveis de manter uma memória pública após o desaparecimento da memória pessoal das testemunhas oculares.

Em Portugal, o tema da memória colectiva e da identidade nacional continua a ser, em primeira linha, objecto de estudo científico, sendo possível distinguir quatro áreas de interesse em torno do tema da memória colectiva: a memória de um tema concreto da história de

Portugal;<sup>1</sup> a política memorialística de uma dada época da história portuguesa;<sup>2</sup> a relação entre historiografia – enquanto prática de memória colectiva – e identidade nacional;<sup>3</sup> a conceptualização teórica das relações entre memória colectiva, história e identidade nacional.<sup>4</sup> Contudo, um debate público sobre as possibilidades da memória histórica do Estado Novo e da Guerra Colonial encontra-se ainda em emergência.<sup>5</sup>

Tal não significa que não exista, no Portugal contemporâneo, memória histórica. No entanto, a falta de um debate alargado a vários âmbitos da sociedade impede uma reformulação consensual e democrática da memória oficial. Assim, tanto no que se refere ao reportório da história nacional utilizado pelo Estado português na construção de uma identidade nacional como à forma como este reportório é tratado, a memorialística dominante no Portugal de hoje encontra-se na sombra da política voluntarista de exaltação nacionalista herdada do Estado Novo.

Um destes temas da história de Portugal – daquilo a que o historiador francês Pierre Nora chamou os *lieux de mémoire* (Nora 1984-1992) – é o Império Colonial. A memorialística do Império Colonial existente hoje em dia reporta-nos, na maior parte dos casos, à concepção salazarista do Império Colonial.

O objectivo do presente artigo é o de, a partir da análise da memória histórica transportada pelo Monumento ao Esforço Colonizador Português (Porto) e pelo parque temático do Portugal dos Pequenitos (Coimbra) reflectir sobre a função destas objectivações de memória no Portugal contemporâneo. O Monumento ao Esforço Colonizador e o Portugal dos Pequenitos são exemplos de lugares físicos existentes no Portugal de hoje e que nos reportam ao “lugar de memória” do Império Colonial.

## **1 Memória colectiva e identidade nacional**

O interesse das ciências sociais pelo tema da memória foi impulsionado em grande medida pelo teórico francês Maurice Halbwachs. Em *Les cadres sociaux de la mémoire* Halbwachs

---

<sup>1</sup> Dentre entres podemos contar o estudo de Francisco Bethencourt sobre a memória da Expansão portuguesa (Bethencourt 2000) ou o estudo de Carlos Mendes Cardoso sobre a (des)memória da Guerra Colonial na literatura portuguesa (Cardoso 2004).

<sup>2</sup> Vd. os estudos de Ana Isabel Buescu sobre a política de memória no Portugal dos séculos XV a XVIII (Buescu 2000) ou o trabalho de investigação de Luís Manuel Cunha sobre a memorialística do Estado Novo (Cunha 1994).

<sup>3</sup> Vd. por exemplo, os trabalhos de Sérgio Campos Matos sobre o contributo da historiografia da segunda metade do século XIX para a construção de identidade nacional (Matos 1998).

<sup>4</sup> Um trabalho pioneiro tem sido feito, para o caso português, por Francisco Bethencourt (Bethencourt 2000).

<sup>5</sup> O movimento cívico *Não Apaguem a Memória!* tem vindo a desempenhar um papel decisivo na consciencialização da importância de perseverar a memória histórica da resistência ao Estado Novo ([www.maismemoria.org](http://www.maismemoria.org)).

defendia, em 1925, a contingência social da memória, ao afirmar que a memória individual apenas pode existir num quadro social de comunicação. Halbwachs afastava-se, assim, das teorias biologistas da época, que concebiam a memória enquanto processo individual, produto de uma herança genética. Anos mais tarde, num livro publicado postumamente em 1950 e intitulado *La mémoire collective* (Halbwachs 1950 [1939]),<sup>6</sup> Halbwachs ampliaria a sua teoria social da memória, ao defender a existência de memórias colectivas, entendidas como o saber partilhado por um grupo social e transmitido de geração em geração. Da memória geracional faz parte o saber partilhado pelos membros de um mesmo grupo social, bem como as cerimónias de transmissão e actualização desse saber, como o sejam as histórias contadas oralmente pelas testemunhas de um acontecimento ou as celebrações do mesmo. Halbwachs distingue a memória colectiva da historiografia. Enquanto que a historiografia é, segundo Halbwachs, objectiva e universal, a memória colectiva é o produto contingente de um determinado grupo social num determinado momento histórico.<sup>7</sup> A memória colectiva é selectiva, na medida em que é composta apenas pelos acontecimentos do passado de um grupo que contribuem para a construção de uma identidade partilhada.

Na esteira da conceptualização teórica de Halbwachs, o historiador francês Pierre Nora ampliaria o conceito de memória colectiva a grandes “comunidades imaginadas” (Anderson 1991 [1983]) como o sejam a nação. Nora parte igualmente da oposição entre história e memória, dedicando-se, na sua obra monumental *Les lieux de mémoire*, à compilação dos temas do passado que contribuem para a identificação com a nação francesa. São estes temas do passado comum de uma sociedade que Nora designa de *lieux de mémoire*. *Lieux* entendidos não necessariamente como lugares físicos, mas antes no sentido dos *loci* da arte mnemotécnica, ou seja, enquanto conceitos que auxiliam a memorização de informações. Lugares de memória podem ser, assim, edifícios e monumentos, mas também personalidades, obras de arte, textos, objectos ou actos simbólicos. O denominador comum entre todos é o facto de neles se condensar a memória colectiva de uma nação.<sup>8</sup>

Nos finais dos anos 80 do século XX, os teóricos alemães Jan e Aleida Assmann recuperaram igualmente o conceito de memória colectiva de Halbwachs, procurando

---

<sup>6</sup> Maurice Halbwachs foi deportado em 1944 pela Gestapo para o campo de concentração de Buchenwald, onde veio a morrer a 16 de Março de 1945.

<sup>7</sup> Hoje em dia a consciência da autoreferencialidade do signo, herdada das teorias pós-estruturalistas, permite-nos questionar esta distinção estanque entre história e memória, já que – como nos mostraram, por exemplo, os trabalhos de Hayden White (White 1973) – o discurso historiográfico é o resultado, como qualquer outro discurso, de contingências históricas e do seu contexto de produção.

<sup>8</sup> Alguns exemplos de lugares de memória da nação francesa abordados na obra de Nora são Joana d’Arc, a torre Eiffel, Paris, Versaille, a Tricolore, a Marseillaise ou o Discurso do Método de Descartes (Nora 1984-1992).

compreender a conjuntura favorável à memória do passado (principalmente nacional-socialista) na sociedade alemã. Estes autores operam, em *Das kulturelle Gedächtnis* (Assmann 1992) uma diferenciação entre dois sistemas de memória colectiva, que designam de memória comunicativa (*kommunikatives Gedächtnis*) e memória cultural (*kulturelles Gedächtnis*). A memória comunicativa surge através da interacção quotidiana e abarca um horizonte temporal de 80 a 100 anos, que é o horizonte máximo de experiência histórica enquanto testemunhas de alguns dos seus membros. Os conteúdos da memória comunicativa são caleidoscópicos e mutáveis, já que os seus agentes são membros de uma sociedade com experiências individuais do passado. A memória comunicativa não conhece pontos fixos no passado, ela vai, sim, mudando o horizonte histórico à medida que vai avançando no tempo. Ao contrário desta, a memória cultural não tem um horizonte temporal limitado nem mutável. A memória cultural é todo o reportório de conhecimento do passado de uma comunidade que confere aos seus membros a consciência de uma identidade comum. Ao contrário da memória comunicativa, a memória cultural recorda pontos fixos de um passado não necessariamente vivido pelos seus membros. A memória cultural do passado de uma comunidade mantém-se viva através de formações culturais<sup>9</sup> (textos, ritos, monumentos) e de uma comunicação institucionalizada (inscrições em monumentos, discursos). Finalmente, a memória cultural é normativa, já que apresenta uma interpretação valorativa do passado e conseqüentemente da identidade de uma comunidade. Jan e Aleida Assmann resumem o conceito de memória cultural da seguinte forma:

Entendemos por memória cultural o reportório de textos, imagens e ritos reutilizáveis por uma determinada sociedade numa determinada época e através de cuja manutenção a comunidade cimenta e transmite uma auto-imagem. Trata-se normalmente (mas não necessariamente) do saber do passado, que é partilhado pelo colectivo e sobre o qual um grupo fundamenta a sua consciência de unidade e singularidade (Assmann 1992: 15).<sup>10</sup>

Uma das vertentes mais importantes da memória colectiva é aquela que é produzida pelo discurso oficial e que poderíamos, conseqüentemente, denominar de memória oficial. A forma como se processa oficialmente a memória histórica de uma nação é um indicador da identidade colectiva que se pretende cultivar tanto no seio da comunidade imaginada como para aqueles que nos vêm de fora.

## 2 O Império Colonial como lugar de memória

---

<sup>9</sup> É neste sentido que o historiador de arte Aby Warburg se refere a obras de arte, mas também cartazes, selos ou trajes como “objectivações culturais” que transportam “energia mnemónica” (Warburg 2000: 3ss.).

<sup>10</sup> Tradução de T.P.

A ideia de Portugal enquanto império colonial é quase tão antiga como os acontecimentos históricos que lhe servem de base. Com efeito, já a historiografia humanística do século XVI conferia à empresa dos Descobrimentos e da Expansão o estatuto de lugar de memória da identidade colectiva portuguesa. Pedro Nunes, no seu *Tratado em defesa da arte de marear* de 1537 afirmava:

Não há dúvida que as navegações deste reino, de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjecturas, que as de nenhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por ele sem receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos e, o que mais é, novo céu e novas estrelas (Nunez 1940 [1537]: 175).

Ainda no século XVI, seria Luís de Camões quem institucionalizaria com *Os Lusíadas* o Império Colonial como um pilar sobre o qual viriam posteriormente a assentar construções oficiais de identidade nacional.

Os anos 30 do século XX proporcionaram uma atmosfera favorável à recuperação deste motivo. A crise económica em Angola, bem como a cobiça das possessões portuguesas de África por parte de outras potências coloniais europeias levaria Oliveira Salazar na qualidade de Ministro das Colónias, a desenvolver uma estratégia política, económica e ideológica para os territórios ultramarinos. O Acto Colonial de 1930 insere-se nesta ofensiva de política colonial. Nele se argumenta a favor da legitimidade histórica de Portugal de possuir e colonizar os territórios ultramarinos. Além disso, o Acto Colonial constata a natureza orgânica e indivisível do Império (Vd. Bethencourt & Chaudhuri 2000: 13ss).

A política colonial dos anos 30 era flanqueada por uma propaganda ideológica com um duplo objectivo. Por um lado, tratava-se de proteger através de argumentos jurídicos o domínio colonial e, por outro lado, de inculcar na população portuguesa a ideia de um Portugal grande – porque espalhado pelos cinco continentes –, uno e indivisível. Durante as décadas de 1930 e 1940 realizou-se uma série de eventos propagandísticos que visavam a encenação de Portugal como uma nação colonial e imperial. Destes eventos fizeram parte a participação em Exposições Coloniais no estrangeiro (Vd. Cunha 1994: 122ss).

### **2.1 Monumento ao Esfôrço Colonizador Português**

O Monumento ao Esfôrço Colonizador Português é verdadeiramente monumental. Um bloco de granito eleva-se a mais de dez metros de altura e é suportado em ambos os lados por dois grupos de blocos mais baixos. O colosso, encimado pelo brasão de armas de Portugal, é sustentado por seis figuras alegóricas que representam a mulher, o missionador, o militar, o

comerciante, o médico e o colono. De corpo hirto e disciplinado, as figuras sustentam o bloco com semblante estóico, num esforço conjunto – alegoria do esforço dos diferentes grupos da sociedade portuguesa na empresa colonizadora.



***Fig. 1: Monumento ao Esforço Colonizador Português***

Com efeito, o Monumento ao Esforço Colonizador Português foi concebido como uma homenagem à nação portuguesa enquanto reino colonizador e imperial. O monumento não se refere a uma colónia distinta ou a um período concreto da história colonial portuguesa. Antes toma como referente o Império Colonial no seu todo enquanto um dos pilares da identidade nacional.

Como tanto outros, também o Monumento ao Esforço Colonizador Português é o resultado da política memorialista do Estado Novo Português. O próprio monumento estabelece, através da seguinte inscrição, a ponte entre memória e história: “Em comemoração da Exposição Colonial Portuguesa no Porto de 16 de Junho a 30 de Setembro de 1934”. Esta inscrição reporta-nos ao contexto histórico, no qual surgiu o Monumento ao Esforço Colonial e que nos permite conhecer melhor a memória cristalizada neste monumento.

A Exposição Colonial do Porto em 1934 teve lugar no recinto do Palácio de Cristal. Logo à entrada os visitantes deparavam com o Monumento ao Esforço Colonizador Português, em

posição central defronte do Palácio das Colónias, o principal pavilhão da Exposição. Esta era a primeira exposição colonial em Portugal. No entanto, no contexto europeu o fenómeno não era novo. Era fruto dos nacionalismo agressivos e imperialistas das potências europeias da época. Potências que cobiçavam desde há muito as possessões portuguesas de África. Com a Exposição Colonial de 1934, o Estado Novo respondia a estas pretensões na mesma moeda simbólica da encenação de uma identidade imperial. Ao mesmo tempo, lançava as bases daquilo a que Armindo Monteiro designava de “mística imperial”: a missão civilizadora e missionária do povo português, a ideia da unidade indissolúvel do império (Vd. Bethencourt & Chaudhuri 2000: 14).

O Monumento ao Esfôrço Colonizador Português, um dos únicos restos arqueológicos da Exposição Colonial, foi transferido, com o fim da Exposição, para a freguesia da Foz do Douro, no Porto. Com ele se transportava igualmente o lugar de memória do Império Colonial. Basta para tal atentar no nome dado a praça que o acolheu: Praça do Império.

Mas também a rede toponímica que envolve o Monumento e a Praça é disso testemunha. A Praça do Império está ligada à Avenida Marechal Gomes da Costa, que homenageia o chefe do golpe militar que deu origem ao Estado Novo. Também a Rua D. Nuno Álvares Pereira se inicia na Praça do Império. Assim se recorda mais um pilar de identidade nacional durante o Estado Novo: a afirmação perante a hegemonia castelhana. Mas também se liga às ruas Bartolomeu Velho, Diogo Botelho, João de Barros, Gil Eanes, Rua de Diu e Avenida do Brasil – que transportam a memória dos Descobrimentos. Finalmente encontram-se aqui também a Rua Henrique Mendonça e a Rua Alfredo Keil, que recordam os criadores de um dos símbolos nacionais mais importantes: o hino. Esta rede de memória constitui um contexto semiótico que confere ao monumento um significado semelhante àquele que lhe atribuía o contexto da Exposição Colonial. O Monumento ao Esfôrço Colonizador Português evoca o Império Colonial como um dos pilares da identidade nacional – juntamente com os Descobrimentos, os símbolos nacionais e a afirmação perante Castela.

## **2.2 Portugal dos Pequenitos**

O parque temático do Portugal dos Pequenitos foi fundado pelo médico e professor de Coimbra Bissaya Barreto a partir de 1940 na mesma cidade portuguesa. O parque era destinado a crianças e cumpria a função lúdica e pedagógica de muitas das obras de Bissaya Barreto. A concepção esteve a cargo de um dos arquitectos mais activos do modernismo português, Cassiano Branco.

O Portugal dos Pequenitos é um Portugal pequenito para os Pequenitos, ou seja, é a representação em miniatura do Portugal que as elites governamentais entre os anos 30 e 50 pretendiam fazer chegar às crianças. O parque encontra-se dividido em três partes. A primeira secção, construída entre 1938 e 1940, é composta por miniaturas das casas típicas portuguesas. A secção intermédia é dedicada aos monumentos considerados mais importantes em Portugal. A secção mais recente, construída nos anos 50, é dedicada às possessões ultramarinas.

A entrada no Portugal dos Pequenitos faz-se por esta secção das ex-colónias. Aqui domina, no espaço exterior, uma atmosfera exótica, quer pela vegetação tropical, quer pelas estátuas de negros ou pelas representações totémicas que decoram o exterior e os pavilhões. No entanto, este exotismo, por estar condensado num espaço semiurbano, não remete o visitante para o ambiente africano que se pretende reconstruir, mas antes para o espaço das Exposições Coloniais e, conseqüentemente, para o registo de encenação política de uma identidade imperial.



**Fig. 2:** *E se mais mundo houvera...*

A identidade imperial aqui expressa é a de uma nação colonial espalhada pelos cinco continentes, já que os pavilhões existentes são dedicados não só às possessões portuguesas dos anos 50, como também ao Brasil, na altura um Estado independente havia mais de um

século. A grandeza do império está igualmente representada num quadro colossal, onde estão representadas as rotas marítimas das descobertas portuguesas bem como as colónias e ex-colónias ultramarinas. O quadro é flanqueado à esquerda por um padrão dos descobrimentos e à direita pelo Infante D. Henrique, em posse dominadora. O discurso nacionalista de Camões acompanha-nos aqui, concretamente no verso “E se mais mundo houvera, mais lá chegara” do canto VII d’*Os Lusíadas* (Camões 1988 [1572]: 266).

No Portugal dos Pequenitos representa-se uma nação grande, mas também uma nação miscigenadora, pacífica, incumbida da missão histórica da civilização. Este registo mantém-se no interior dos pavilhões dedicados a cada uma das colónias ultramarinas. Nestes se conta o panegírico dos Descobrimentos, do processo de colonização e da missionação dos povos considerados pagãos. No interior de cada pavilhão, uma lápide, apoiada num padrão dos descobrimentos, conta em poucas frases a história da colónia do ponto de vista do colonizador, como se pode ver, a título de exemplo, na lápide relativa à Índia:

A descoberta do caminho para a Índia “por mares nunca dantes navegados” fez de D. Manuel I o senhor da navegação e do comércio no oceano Índico. Em 1498, Vasco da Gama procurou tratar pacificamente com os povos da Índia, aos quais íamos comprar as especiarias tão desejadas. Mas as intrigas dos mercadores moiros obrigaram-nos a manter pela força o domínio dos mares. As naus portuguesas derrotaram os turcos, os egípcios e os índios, e o nosso império da Índia firmou-se em numerosas fortalezas que ali construímos e de que hoje nos restam Gôa, Damão e Diu.

O panegírico da descoberta do caminho marítimo para a Índia e do breve monopólio da especiarias apelidado, nesta inscrição, de “Império da Índia” constrói-se mais uma vez pela citação d’*Os Lusíadas*. Através de um discurso simplificado e da construção da oposição entre identidade (“nós”) e alteridade (“eles”) constrói-se uma cumplicidade entre as entidades emissora e receptora do discurso – neste caso entre o Estado português e as crianças e restante público visitante – contra o inimigo da colonização portuguesa: Mouros, Turcos, Egípcios, Índios.

Pequenas inscrições feitas em azulejo recuperam o discurso nacionalista do século XIX, por exemplo o de Oliveira Martins que afirma:

O génio audaz e investigador dos portugueses ensinou a Europa a navegar e a colonizar (...) nós soubemos, primeiro que ninguém o soubesse, lançar os alicerces das novas cidades, fundar elementos de novas Europas.

Aqui, de novo, encontramos o difemismo no discurso panegírico, acentuando o pioneirismo da acção portuguesa, marcando com traços quase caricatos a superioridade de Portugal em relação às restantes nações europeias. Um discurso demiúrgico, que coloca os portugueses

como os fundadores do mundo moderno. Uma citação de Latino Coelho envereda pela mesma espiral de exacerbamento da grandeza nacional e interpreta o colonialismo como a condição para a formação da nação:

Portugal é nação desde o dia em que saiu a cruzar os mares. D'ali por diante começou a ser Europa, a ser mundo, a ser heroe, a ser inteligencia, a ser força, a ser luz, a ser liberdade, progresso, gloria e civilização.

O facto de estas inscrições se encontrarem na secção dedicada às habitações regionais portuguesas, demonstra a importância do panegírico da Expansão na construção de uma identidade nacional no discurso oficial.

### **3 Memória histórica no Portugal contemporâneo**

Tanto o Monumento ao Esforço Colonizador Português como o Portugal dos Pequenitos são produtos da memorialística salazarista dos anos 30 e 40. Neles transparece o programa ideológico do Estado Novo, que consolidaria o Império Colonial enquanto pedra angular da identidade nacional portuguesa. Devemos, pois, questionar-nos sobre a função destes lugares no Portugal de hoje. Serão restos arqueológicos da política memorialística de um Estado autoritário, que Portugal deixou para trás há mais de 30 anos, ou conservam a mesma função de perseverar a memória do Império Colonial?

Consideremos, em primeiro lugar, o Monumento ao Esforço Colonizador Português. Se atentarmos na conservação do monumento e do contexto urbanístico envolvente não parece acertado ver neste monumento um despojo esquecido da exaltação nacionalista e imperialista dos anos 30. Os espaços verdes em torno do monumento estão cuidados, os passeios, feitos de uma composição harmoniosa de calçada portuguesa, estão limpos, as placas toponímicas são novas,<sup>11</sup> legíveis e bem colocadas. Além disso, o monumento é iluminado durante a noite. O Monumento ao Esforço Colonizador Português não só se manteve com o fim do colonialismo, como também não sofreu qualquer tipo de recontextualização ideológica. Deste modo, continua a funcionar como memória encomiástica do Império Colonial.

O Portugal dos Pequenitos continua a desempenhar a mesma função pedagógica que desempenhava aquando da sua construção. São, em primeira linha, turmas escolares durante a semana ou famílias ao fim-de-semana que visitam o recinto. Este parque é um dos mais

---

<sup>11</sup> Em 2002 a Câmara Municipal do Porto decidiu uniformizar as placas da cidade, de acordo com critérios estéticos e coerentes. Foi consultada a Comissão de Toponímia que decidiu na sua reunião de 8 de Abril de 2003 que na placa deveria constar para além do topónimo o ano de nascimento e morte do homenageado e o antigo topónimo se existisse. A primeira destas novas placas, das quais faz parte a da Praça do Império, foi inaugurada pelo Presidente da Câmara a 19 de Março de 2004 (agradeço esta informação à Comissão de Toponímia da Câmara Municipal do Porto)

importantes lugares turísticos de Portugal, tendo recebido inclusive uma Medalha pela Secretaria de Estado do Turismo. Recebe cerca de meio milhão de visitantes por ano.

As crianças e os adultos que hoje em dia visitam o Portugal dos Pequenitos são confrontados com o mesmo discurso imperialista e nacionalista dos anos 30 e 40, já que o recinto, tal como o Monumento ao Esfôrço Colonizador Português, não sofreu qualquer tipo de recontextualização discursiva.

Uma das únicas tentativas de reinterpretação acaba por não concretizar a necessária distanciação crítica em relação à ideologia que presidiu à construção do parque. As lápides referentes às colónias que se encontram em cada pavilhão, sem deixarem de existir, são contextualizadas por lápides mais recentes, colocadas no exterior de cada pavilhão e muito semelhantes às que encontramos no interior. O discurso aqui patente é emblemático da função que o lugar de memória do Império Colonial desempenha no Portugal contemporâneo. Para tal basta comparar a lápide dos anos 50 no interior do pavilhão de Angola e a lápide mais recente colocada no exterior. Ambas são ornamentadas por símbolos usados ainda hoje para referir os Descobrimentos: na lápide mais antiga um padrão dos descobrimentos, na mais recente a rosa dos ventos e a flor-de-lis. Atentando em ambos os textos, as diferenças identificadas são ditadas por inegáveis mudanças políticas. “Angola” é substituído por “República Popular de Angola” A designação “Província do Ultramar” é substituída pela referência à independência desde 1975 feita contudo numa frase subordinada. A designação “rei preto do Congo” é substituída por “rei do Congo”, prescindindo-se, assim, do politicamente pouco correcto “preto”. As restantes características do discurso mantêm-se na nova lápide. A perspectiva é nacionalista e colonialista. Trata-se de contar a história colonial de Portugal e não a história de Angola. Por isso se refere a descoberta em 1482 e a colonização. Uma contextualização crítica que fizesse referência à escravatura ou à guerra colonial encontra-se de todo ausente. Pelo contrário. O domínio colonial é visto como um facto positivo. Relativamente a Cabo Verde, por exemplo, fala-se de um “notável processo cultural de miscigenação”; em relação ao Brasil refere-se a criação “pela presença portuguesa da grande nação tropical”. Da Guiné-Bissau se diz que se veio a tornar “mais um dos membros da comunidade luso-afro-brasileira”. Aqui vemos em gestação o discurso da lusofonia, que a partir dos anos 90 viria a criar uma alternativa actualizada do panegírico do Império Colonial.



**Fig. 3 e 4: Lápide original dentro e lápide recente fora do pavilhão de Angola**

Para além de que as lápides recentes recuperam não só o discurso como a forma das lápides originais, também o facto de nenhuma delas estar datada,<sup>12</sup> torna difícil ao visitante menos atento, que é aquele que visita normalmente o recinto, tomar consciência destas pequenas diferenças. Pelo contrário, o visitante irá levar para casa a representação do passado colonial como uma façanha dos Portugueses vista como algo de positivo por ter originado o mundo moderno e contribuído para o diálogo entre as culturas. Esta visão é, de resto, transmitida na lápide introdutória à secção ultramarina, que foi provavelmente feita aquando das restantes lápides mais recentes. Nela consta o seguinte:

Os Portugueses foram, entre os Europeus, os pioneiros dos descobrimentos geográficos e da abertura do mundo, desbloqueando a comunicação entre as civilizações da terra e permitindo o contacto das culturas, nos cinco continentes.

Tudo isto nos leva a concluir que o lugar de memória do Império Colonial português perdeu com o fim do colonialismo a função legitimadora e propagandista das possessões coloniais. Hoje em dia, a necessidade de defender o domínio colonial português – actual durante o

<sup>12</sup> Podemos datar as lápides antigas dos anos 50, data da construção desta secção do recinto. As lápides mais recentes podemos datar de 1975 a 1992, já que durante estes anos Angola era oficialmente uma República Popular.

Estado Novo – tornou-se obsoleta. Obsoleta se tornou igualmente a necessidade de inculcar nos cidadãos a ideia de um império colonial uno e indivisível.



*Fig. 5: Portugal dos Pequenitos, lápide introdutória*

Contudo, o lugar de memória do Império Colonial continua bem presente na política memorialista do Estado português, como vimos nestes exemplos e podemos verificar em muitos outros. O passado colonial continua hoje a desempenhar uma função importante na estabilização de uma identidade nacional no discurso oficial. A imagem de Portugal que o discurso oficial fomenta é a de um país moderno, defensor dos ideais europeus de democracia e tolerância. Mas um país, ao mesmo tempo, que olha com orgulho para o passado colonial.

O Centro Cultural de Belém é sintomático desta ambivalência. Construído expressamente para albergar a primeira presidência portuguesa da União Europeia em 1992, o centro mostra aos restantes Estados-membros um Portugal moderno que apanhou o comboio europeu e tecnológico. No entanto, o Centro seria construído precisamente em Belém, ou seja, numa zona composta quase exclusivamente de monumentos que recordam o passado colonial (Bethencourt 2000). Num lugar que – e aqui parece que o círculo da memória se fecha – tem o nome de Praça do Império.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, José Carlos (2005): *Celebrar Portugal: A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisboa: Piaget.
- (2004): “Memória e Identidade Nacional. As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação”. Em: CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, ed., *A questão social no novo milénio*, URL: <http://www.ces.pt/LAB2004>, [consultado em 23.12.2007].
- ANDERSON, Benedict (1991 [1983]): *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- ASSMANN, Aleida (1999): *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*. München: Beck.
- (2006): *Der lange Schatten der Vergangenheit. Erinnerungskultur und Geschichtspolitik*. München: Beck.
- ASSMANN, Aleida & HARTH, Dietrich, eds. (1991): *Mnemosyne. Formen und Funktionen der kulturellen Erinnerung*. Frankfurt a.M.: Fischer.
- ASSMANN, Jan (1992): *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: Beck.
- ASSMANN, Jan & HÖLSCHER, Tonio, eds. (1988): *Kultur und Gedächtnis*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- BETHENCOURT, FRANCISCO (2000): “A memória da Expansão”. Em: FRANCISCO BETHENCOURT & KIRTI CHAUDHURI, eds., *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5: Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates: 442-483.
- BETHENCOURT, FRANCISCO & CHAUDHURI, KIRTI, eds. (2000): *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5: Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates.
- BETHENCOURT, FRANCISCO & CURTO, Diogo Ramada, eds. (1987): *A memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- BORSDORF, Ulrich & GRÜTTER, Heinrich Theodor, eds. (1999): *Orte der Erinnerung. Denkmal, Gedenkstätte, Museum*. Frankfurt a.M.: Campus.
- BRANDES, Nikolai & Stella LORENZ (2007): “Und wenn es mehr Welt gäbe... In Portugal beginnt langsam eine kritische Debatte über das koloniale Erbe“, *iz3w – informationszentrum 3. welt*. Mai/Juni: 16-21.
- BRUNER, M. Lane (2002): *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction*. Columbia: University of South Carolina Press.
- BUESCU, Ana Isabel (2000): *Memória e Poder: Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Cosmos.
- CAMÕES, Luís de (1988 [1572]): *Os Lusíadas*. Mem-Martins: Europa-América.
- CARDIM, Pedro, ed. (1998): *A História: Entre Memória e Invenção*. Mem-Martins: Europa-América.
- CARDOSO, Carlos Mendes (2004): *Autognose e (Des)memória: Guerra Colonial e Identidade Nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre*. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- CONNERTON, Paul (1989): *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUNHA, Luís Manuel (1994): *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Tese de mestrado. Braga: Universidade do Minho.

- FRANÇOIS, Etienne & SCHULZE, Hagen, eds. (2001): *Deutsche Erinnerungsorte*. 3 vol. München: Beck.
- GALVÃO, Henrique, ed. (1934): *Álbum comemorativo da primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: S.E.
- GILLIS, John R. (1994): *The Politics of National Identity*. Princeton: Princeton University Press.
- GOMES, Bea (2001): “‘O mundo que o português criou’ – Von der Erfindung einer lusophonen Welt”. *Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien* 2, ano 1: 27-43.
- GREENHALGH, Paul (1988): *Ephemeral Vistas. The Exhibitions Universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851-1939*. Manchester: Manchester University Press.
- HALBWACHS, Maurice (1952 [1925]): *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- (1950 [1939]): *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.
- HESPANHA, António (1999): *Há 500 anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1996-1998*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence, eds. (1983): *The Invention of Tradition*. New York: Cambridge Univ. Press.
- KOSELLEK, Reinhart & JEISMANN, Michael, eds. (1994): *Der politische Totenkult. Kriegerdenkmäler in der Moderne*. München: Fink.
- LOPES, Joana (2007): *Entre as brumas da memória – Os católicos portugueses e a ditadura*. Porto: Âmbar.
- MAGALHÃES, António Leite de (1934): *A cruz e a espada ao serviço do império*. Conferência. S.L.: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa.
- MARTINI, Wolfram, ed. (2000): *Architektur und Erinnerung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- MATOS, Sérgio Campos (1990): *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (1998): *Historiografia e memória nacional 1846-1898*. Lisboa: Colibri.
- (2002): „História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”. *Lusotopie*. 2: 123-139.
- MEDINA, João (1994): “A toponímia – local de memória”. Em: Álvaro de MATOS (ed.) *Primeiras jornadas de história local e regional*. Lisboa, Colibri: 35-43.
- MELO, Daniel (2001): *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MOREIRA, Isabel M. Martins (1989): *Museus e monumentos em Portugal 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta.
- NORA, Pierre, ed. (1984-1992): *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- NUNES, Pedro (1940 [1537]): *Obras, Vol. I*. Lisboa: Academia das Ciências.
- PIMENTEL, Irene (2006): *Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- (2007): *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- (2007): *História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- POLLAK, Michael (1992): “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 5/10: 200-212.
- RICOEUR, Paul (2000): *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Le Seuil.
- ROSAS, Fernando (1992): *Portugal e o Estado Novo (=Nova História de Portugal XII)*. Lisboa: Presença.
- ROSAS, Fernando & BRITO, J. M. Brandão de, eds. (1996): *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 vol. Venda Nova: Bertrand.
- SAPEGA, Ellen W. (1996): “Memória pública e discurso oficial: visões da época salazarista na obra de Irene Lisboa, José Saramago e Mário Cláudio”. *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*. 13: 99-114.
- SOBRAL, José Manuel (1999): “Da casa à nação: passado, memória, identidade”. *Etnográfica*. III.: 71-86.
- VAKIL, AbdoolKarim (1995): „Nationalising Cultural Politics: Representations of the Portuguese ‚Discoveries’ and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926“ Em: Clare MARE-MOLINERO & Angel SMITH (ed.) *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula*. Oxford, Berg: 33-52.
- WARBURG, Aby (2000): *Bilderatlas Mnemosyne*. Berlin: Akademie-Verlag.
- WELZER, Harald (2001): *Das soziale Gedächtnis. Geschichte, Erinnerung, Tradierung*. Hamburg: Hamburger Ed.
- (2002): *Das kommunikative Gedächtnis. Eine Theorie der Erinnerung*. München: Beck.
- WHITE, Hayden (1973): *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.